

88.000\$ no corrente ano e 58.000\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1954.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Outubro de 1953.—FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES—António de Oliveira Salazar—Artur Águedo de Oliveira—José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

10.º Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional, por seu despacho de 6 do corrente, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPÍTULO 2.º

Secretaria-Geral

Artigo 16.º «Encargos administrativos»:

Do n.º 2) «Serviços de sindicâncias»:

a) «Gratificações, ajudas de custo, despesas de transporte e outras motivadas por serviços de sindicâncias, etc.» — 3.000\$00

Para o n.º 3) «Pagamento de serviços e encargos não especificados»:

e) «Para satisfação de despesas de carácter eventual»	+ 3.000\$00
---	-------------

10.º Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 7 de Outubro de 1953.—O Chefe da Repartição, *Manuel Miranda*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 14 569

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Comunicações, de harmonia com o disposto no artigo 96.º do Estatuto das Juntas Autónomas dos Portos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37 754, de 17 de Fevereiro de 1950, manter em vigor o Regulamento de Tarifas da Junta Autónoma do Porto de Setúbal, aprovado pela Portaria n.º 13 688, de 2 de Outubro de 1951, com as alterações constantes da Portaria n.º 14 102, de 25 de Setembro de 1952.

Ministério das Comunicações, 12 de Outubro de 1953.—O Ministro das Comunicações, *Manuel Gomes de Araújo*.